

O ensino jurídico e universidade popular: a experiência do Núcleo de Assessoria Jurídica Isa Cunha

¹Aianny Naiara Gomes Monteiro, ²Pedro Sérgio

Resumo

Este artigo propõe-se a realizar, a princípio, um ensaio sobre o papel da extensão universitária no atual modelo de Universidade, a atuação do Movimento Estudantil na busca por uma extensão pautada numa perspectiva emancipatória, estabelecendo uma relação com o ensino jurídico praxista e dogmático repassado nos cursos de Direito através da reprodução de conhecimentos imobilizadores e mantenedores da situação social vigente; em seguida, propõe-se analisar as práticas extensionistas dos Núcleos de Assessoria Jurídica Universitária Popular, como uma alternativa ao modo de extensão meramente assistencialista praticado nas Universidades e, por fim, apresentar a experiência do NAJUP Isa Cunha na construção de uma contra-hegemonia com base na Educação Popular em Direitos Humanos e no discurso pedagógico de Paulo Freire, propondo um diálogo entre a Universidade e a Sociedade dentro de um espaço de autonomia.

Palavras-Chaves: *Extensão Universitária; Ensino Jurídico; Movimento estudantil; AJUP's*

Abstract

This article proposes to hold at first, an essay on the role of university extension in the current university model, the performance of the Student Movement in the search for an extension guided by an emancipatory perspective, establishing a relationship with the legal education and dogmatic praxista passed in the law school by playing immobilizers and maintain knowledge of current social situation and then proposes to examine the practical extension of the NAJUP as an alternative mode of merely extending welfare practiced in universities and it focuses on the experience of NAJUP Isa Cunha in building a counter-hegemony based on Popular Education in Human Rights and in the pedagogical discourse of Paulo Freire, proposing a dialogue between the University and the Society within a space of autonomy.

Keywords: *University Extension; Legal Education; Student Movement; AJUP's*

1 Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

2 Graduando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

1. Introdução

O atual modelo de sociedade, bem como de Universidade e, conseqüentemente, de ensino são alvos de severas críticas de determinados setores da sociedade civil organizada, em especial daqueles ligados à esquerda e aos setores populares, que lutam por uma Universidade “Pública, Gratuita e de Qualidade” e por uma realidade social sem opressões, desigualdades e exclusões. É nesse contexto que se inserem as AJUP’s - Assessoria Jurídica Universitária Popular - atuando, em sua maioria, na crítica à produção tradicional do ensino do direito, direcionadas para envolver os movimentos sociais e englobar os direitos humanos, podendo desempenhar um importante instrumento para trabalhar com o povo numa perspectiva emancipatória³.

Nesse sentido, para chegar ao objeto de estudo deste trabalho, é imprescindível fazer uma breve abordagem sobre a função desempenhada pelas Universidades Públicas brasileiras, analisando de que forma o seu surgimento, bem como as ações governamentais por meio de reformas educacionais e o próprio sistema na qual ela está inserida, influenciaram e continuam a influenciar o modelo de ensino jurídico das instituições de ensino superior.

Um desdobramento dessa abordagem diz respeito ao papel do Movimento Estudantil como instrumento de resistência no cenário político brasileiro e na sua atuação frente aos problemas da educação superior e o desafio de fazer da Universidade um espaço de produção de conhecimento à serviço do povo, dialogando com estudantes, trabalhadores e movimentos sociais e na concretização de uma Universidade Popular.

No que tange a extensão Universitária, pretende-se analisar o seu papel como instrumento de mudança da realidade social, buscando resgatar o compromisso da universidade com a transformação da sociedade e superar o caráter de terceira função do tripé “ensino, pesquisa e extensão”. Destaca-se o surgimento dos Núcleos de Assessoria Universitária Popular baseados na pedagogia libertária de Paulo Freire como uma alternativa ao modo de extensão meramente assistencialista, capaz de construir um novo paradigma de extensão ligado aos interesses de uma transformação profunda e radical na sociedade para a efetivação dos Direitos Humanos.

Em seguida, apresenta-se a experiência do NAJUP Isa Cunha, na Universidade Federal do Pará e fora dela, para a construção de uma contra-hegemonia em torno de uma Educação Popular em Direitos Humanos baseada no

3 RIBAS (2008, p. 15-16)

discurso pedagógico de Paulo Freire, propondo um diálogo entre a Universidade e a Sociedade dentro de um espaço de autonomia.

2. Universidade e ensino jurídico: O papel do movimento estudantil na construção de uma universidade popular

As Universidades Públicas brasileiras tem por objetivo principal a produção de conhecimento que vise à transformação social e à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, devendo estar sensível aos problemas e apelos, dos grupos sociais com os quais interage, ou deveria interagir. No entanto, a universidade enquanto instituição social exprime em seu interior as posições conflitantes e contradições próprias do sistema capitalista, os quais se caracterizam como um entrave na efetivação desse objetivo.

No Brasil, a universidade surgiu tardiamente, apenas na primeira metade do século XX, pela união de escolas superiores isoladas criadas por necessidades práticas do governo e por carências sentidas pela própria sociedade. A partir do regime burocrático-militar pós-64, cedendo às pressões das classes médias urbanas e para suprir à carência de quadros na administração pública, o Estado acaba por promover uma reforma educacional, baseada em uma “educação exclusivamente profissionalizante, valendo-se dessa estratégia mais como um instrumento de controle político-ideológico da vida acadêmica do que propriamente como meio de renovação do ensino e da pesquisa”⁴, cabendo às instituições universitárias um papel eminentemente pragmático e utilitarista, sem reflexões críticas.

Esse modelo de universidade, utilitarista e pragmática, acabou por influenciar frontalmente o modelo de ensino jurídico no Brasil, o qual forma predominantemente advogados para defender a classe dominante e meros intérpretes dogmáticos da lei por meio um ensino essencialmente formalista, tecnicista e positivista centrado no estudo dos códigos e das formalidades legais, sem levar em consideração a realidade social. As grades curriculares, ditadas por diretrizes do Ministério da Educação, são esvaziadas de conteúdo social e humanístico, tal conteúdo é repassado aos alunos através de uma pedagogia dogmática e formalista. Essa estrutura, via de regra, é:

é inquisitiva e imobilizadora, produto de uma visão de mundo preconceituosa e elitista, já que coloca o professor-educador como o detentor das verdades necessárias ao ensino *adequado*,

4 FARIA; CAPILONGO (1991, p.10-11)

cuja única possibilidade de espelho são seus pares, ou seja, os *iguais* a ele, os que, na mesma posição, detêm o poder do saber. E, no outro pólo, encontra-se o aluno, que pode ser representado por uma *tábula rasa*, uma vasilha, um recipiente, pronto para *engolir*, para se deixar *encher* de conhecimentos (verdades perfeitas e acabadas), para permitir a ocupação de sua mente pelos axiomas (valores) do sábio, sem capacidade para problematizar⁵.

Esse modo de produção de conhecimento jurídico é reproduzido na consciência e na prática jurídica, de modo que os “operadores do direito” acabam apenas por repetir aquilo que aprenderam na academia e no foro, difundindo a cultura jurídica dominante que possui uma perspectiva normativa e praxista valorizando aspectos lógico-formais do direito positivo e priorizando questões da legalidade e da validade da norma. Portanto, a ausência de raciocínio crítico e problematizante arraigado nos cursos de direito tem sido o grande entrave na consolidação de uma teoria jurídica baseada na justiça social.

Segundo Faria e Capilongo o aparecimento de movimentos sociais crescentemente organizados, desafiando a rigidez lógico-formal dos sistemas jurídicos e judicial mediante a politização de questões aparentemente técnicas, procurando assim criar novos direitos a partir de fatos políticos, tem aberto caminho para práticas contraditórias que comprometem o ordenamento vigente a partir da discussão de problemas específicos.

Caberia, portanto, aos operadores do direito – advogados, defensores públicos, juízes e promotores – a utilização do ordenamento jurídico como instrumento de transformação social e de garantia da democracia, campo fértil da cidadania como direito a ter direitos. E aos professores dos cursos jurídicos, utilizá-lo como instrumento de construção dessa verdadeira cidadania, buscando produzir um saber crítico sobre o Estado, o Direito e a sociedade⁶.

No entanto, esses grupos, ainda minoritários, precisam atuar juntos aos movimentos sociais populares, dividindo uma luta da qual a Universidade não pode estar alheia, auxiliando e fortalecendo os Movimentos e produzindo um conhecimento em diálogo com os diversos meios sociais. Somente através das lutas sociais será possível criar uma nova forma de pensar a Sociedade, é preciso buscar um novo modelo de ensino jurídico através de um pensamento crítico do direito, dentro de um novo modelo de Universidade, já que a atual Universidade é reflexo da sociedade em que

5 SOARES JUNIOR (2009, p. 1)

6 Ibid., p.3.

está inserida, pois “como instituição de dominação, assimila o modo de produção, a cultura e a organização social da sociedade”⁷, reproduzindo as formas de dominação promovidas pelo Estado e as contradições inerentes à luta de classes. Esse modelo, não diz respeito à vontade e necessidade popular, tendo em vista que o conhecimento produzido não a favorece, mas fortalece o sistema e aumenta a desigualdade social.

O certo é que o fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, trata-se da necessidade de construir um projeto de “Universidade Popular”. Esse modelo é incompatível com a lógica do sistema capitalista, contudo, não é necessário “esperar um novo sistema surgir, mas construir de maneiras alternativas espaços que formem pesquisadores e produtores de conhecimento voltados para o povo fora da institucionalidade também são forma de se construir a Universidade Popular”⁸.

A Universidade deve ser um espaço de produção de conhecimento à serviço do povo, deve ser um espaço de diálogo entre os estudantes, os trabalhadores e os movimentos sociais, de modo que possibilite o rompimento com o atual modelo tecnicista, utilitarista e burguês, o que será possível com a concretização da Universidade Popular que:

*cristaliza o anseio de setores do movimento estudantil em lutar não por reformas na Universidade capitalista (“tripé universitário”, “ensino público, gratuito e de qualidade” etc), mas por uma Universidade dos trabalhadores e para os trabalhadores, rumando à construção da nova sociedade sem classes e, portanto, sem opressão e sem exploração*⁹

Nesse ponto, destaca-se a atuação do Movimento Estudantil, o qual possui, historicamente, relevante importância como instrumento de resistência no cenário político brasileiro. A expansão das universidades, ainda na década de 50, e o crescente número de estudantes, bem como a consolidação de novas correntes políticas, em especial àquelas ligadas à esquerda marxista, e a reforma universitária, nos anos 60, influenciaram significativamente atuação e o fortalecimento do Movimento Estudantil. Dessa forma, a década de 60 presenciou as primeiras grandes mobilizações em defesa de reivindicações de caráter educacional, o ano de 1968 foi marcado por grandes manifestações de

7 DIEHL (2009, p. 424)

8 DCE-UFPR (2008, p. 06)

9 DIEHL (2009, p. 432)

rua contra a ditadura militar. No entanto, a partir do fim da ditadura militar, o movimento estudantil passou por um processo de enfraquecimento.

Já no ano de 2007, parte do Movimento Estudantil, em especial a esquerda, se mobilizou em torno de uma pauta única: barrar a Reforma Universitária do governo Lula (REUNI – Programa de Apoio e Planos de Reestruturação das Universidades Federais). E, mais uma vez, as reivindicações de caráter educacional deram visibilidade ao Movimento que, historicamente, luta por uma Universidade “Pública, Gratuita e de Qualidade”. Essas reivindicações desencadearam um processo de ocupação de reitoria que se estendeu por todas as Universidades brasileiras, demonstrando o descontentamento dos estudantes com o atual modelo de Universidade que se caracteriza como “a universidade do capitalismo, que serve ao capital e as necessidades da classe dominante, a burguesia”¹⁰.

Contudo, é importante ressaltar que “não se trata mais de discutirmos, somente, a gratuidade ou a qualidade do ensino, mais sim questionarmo-nos também, sobre qual o seu papel da universidade, a quem e para quem ela está servindo”¹¹, é por isso que a atuação do Movimento estudantil na construção de alternativas contra-hegemônicas não pode estar limitado aos muros da Universidade, ele deve estar comprometido com uma efetiva mudança social, pautando bandeiras historicamente levantadas pela esquerda, e, acima de tudo, em contato com a realidade dos trabalhadores, do povo, para entender suas demandas e produzir conhecimento capaz de implementar uma transformação social e superar as desigualdades e exclusão existentes.

Assim surgem as Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUP's), no seio dessa Universidade contraditória e burguesa, como uma alternativa para a construção de uma extensão voltada para uma efetiva mudança social.

3. Extensão universitária e as práticas extensionistas dos núcleos de assessoria jurídica universitária popular

As universidades públicas brasileiras possuem sua atuação sustentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, ainda que de forma deficiente, tendo em vista a dificuldade em harmonizar os três elementos intrínsecos à produção científica. O que se observa é um certo desprezo à extensão, a qual vem ocupando a posição de terceira função, principalmente, pelo fato de ser o mais recente elemento desse tripé. Contudo, sabe-se que “a indissociabilidade entre

10 DCE-UFPR (2008; p.2)

11 Ibid., p. 4.

ensino, pesquisa e extensão é um processo em construção com avanços conceituais e grandes desafios para sua efetiva implantação”¹².

Nesta perspectiva, desenvolvendo uma concepção própria de extensão, e buscando “a efetivação da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e da interdisciplinaridade entre as distintas áreas do conhecimento”¹³, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) criou diretrizes para orientar a ação das instituições de ensino superior públicas apresentadas no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), publicado no ano de 2001.

O FORPROEX apresenta um novo paradigma de extensão universitária, o qual “reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”¹⁴. Dessa forma, a extensão deixa de possuir um caráter assistencialista e passa a ser um elo entre o ensino e a pesquisa, numa perspectiva emancipatória, capaz de contribuir para a mudança da sociedade, sendo conceituada como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”¹⁵, favorecendo o diálogo entre a Universidade e a comunidade, por meio “um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social” (idem), e a superação das desigualdades sociais existentes.

Contudo, para atingir as metas estabelecidas no PNE e concretizar a extensão universitária como prática emancipatória, bem como, superar o seu caráter de terceira função, “faz-se necessário pelo menos a implementação de dois movimentos: um, no sentido de uma maior flexibilização nos currículos dos cursos de graduação para reconhecer as atividades de extensão como componente curricular e, outro, no sentido de ampliação no fomento financeiro às atividades de extensão”¹⁶.

É nesse contexto que se insere as AJUP's (Assessoria Jurídica Universitária Popular), as quais buscam promover práticas de Educação Popular em Direitos Humanos baseadas no discurso pedagógico de Paulo Freire, que defende a efetiva interação entre a Universidade e a Sociedade por meio de um diálogo aberto entre eles, concretizando parcerias entre os movimentos sociais e a universidade, numa perspectiva emancipatória e na busca de uma sociedade mais

12NORDARI; FERREIRA (2008, p. 236)

13Ibid., p. 231.

14PNE (2001, p. 02).

15Ibid., p. 05.

16NORDARI; FERREIRA (2008, p. 232).

justa e igualitária, em outras palavras, as AJUP's acabam por escolher, em sua maioria, acerca da extensão que acreditam ser transformadora.

Dentre as mais diversas formas de extensão pode-se destacar a extensão popular em Direitos Humanos traduzida nos moldes da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP). Seu caráter popular indica o contato com o povo pobre e miserável que os estudantes universitários empreendem, seguindo principalmente as diretrizes político-pedagógicas tratadas pelo educador Paulo Freire.

A Teoria dos Direitos Humanos é o expoente teórico que demarca os objetivos da atuação da AJUP, de modo que ela intervém na sociedade para uma cultura de Direitos Humanos, através da emancipação/libertação do povo em um processo radical de transformação social.

A AJUP surgiu na década de 1960 como uma experiência de extensão ligada a idéia de Núcleo de Prática Jurídica/Escritório Modelo, ou seja, de prestação de assistência jurídica, em que os estudantes trabalhavam para a população em casos individuais e de forma gratuita. De início, a AJUP era praticada por apenas dois projetos no Brasil, um na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS) o SAJU-URGS, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA) o SAJU-BA.

Na década de 1990 projetos de AJUP foram impulsionados pela nova conjuntura democrática no Brasil. Ao mesmo passo os estudantes de Direitos organizavam-se em Executiva Nacional de Curso, onde as experiências dos projetos de extensão em Direitos Humanos podiam ser partilhadas e divulgadas.

Não obstante, o mesmo período da história do Brasil, após a queda do muro de Berlim, que simbolizava a hegemonia da ideologia capitalista, fez enfraquecer o movimento de esquerda no país, e estimulou a procriação de organizações de assistência e adestramento da população. Visto que o neoliberalismo consistia no enfraquecimento dos Estados nas nações subdesenvolvidas e projetava sobre os mesmos organismos que realizassem o papel assistencialista do Estado Nacional.

Em 1996 após a formação de diversos mecanismos de articulação nacional dos projetos/grupos de extensão em Direitos Humanos, surgiu, por fim, a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária, com cerca de X projetos. A função da Rede era divulgar a prática da Assessoria Jurídica nas universidades brasileira, bem como fortalecer as experiências já existentes através dos Encontros Nacionais (ERENAJU's) e do Encontro de Assessoria Jurídica

(ENAJU) dentro da Programação dos Encontros Nacionais dos Estudantes de Direito (ENED's)¹⁷.

Ainda neste contexto histórico, grupos de expressão política contra-hegemônica surgiram nas Universidades brasileiras fomentando a AJUP com movimentos sociais. A identificação dos estudantes de Direito com militantes de movimentos sociais, combina-se muito fortemente com que traduziu o Prof. Wolkmer sobre os novos sujeitos de Direito. A intervenção conjunta de estudantes e MS's foi considerada por muitos grupos como fundamental para a construção de um paradigma de extensão ligado aos interesses de uma transformação profunda e radical na sociedade para a efetivação dos Direitos Humanos.

No ano de 2004 a Federação Nacional dos Estudantes de Direito (FENED) realizou o Encontro Nacional dos Estudantes de Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA) na cidade de Belém – Pará. Militantes do Movimento Estudantil da UFPA na época participaram do ENAJU-Belém, onde tiveram contato com grupos de AJUP do Brasil.

Desse contato os estudantes interessados com a proposta, ademais de ser inovadora na região norte do país, voltaram-se para o estudo da obra de Paulo Freire e da base teórica específica da AJUP. Daí, foram fundados grupos de Assessoria Jurídica Universitária em Belém: o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Aldeia Kayapó (NAJUPAK) e o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isa Cunha (NAJUP Isa Cunha).

4. A experiência do NAJUP Isa Cunha

A partir de formações realizadas em torno da Educação Popular, dos Direitos Humanos e da crítica ao Ensino Jurídico, o NAJUP Isa Cunha foi tomando corpo e fazendo presença no Curso de Direito da UFPA. O início da sua práxis se deu em razão das demandas do bairro da Terra Firme, periferia da cidade de Belém. As organizações populares no bairro enfrentavam diversos problemas, entre eles a carência de formação sobre Direitos.

Inseridos nas pautas da comunidade, ainda que timidamente, haja vista os entraves que a própria população apresenta em face de estudantes universitários (repulsa pela condição social e intelectual), e a condição dos militantes quando neófitos, o NAJUP Isa Cunha articulou em conjunto com os líderes comunitários programas de formação sobre Direitos, através de um dos prin-

17PEREIRA; OLIVEIRA (2009, p. 154)

cipais meios de conscientização, a Rádio Comunitária “Cidadania FM” tendo em vista que a comunicação popular é um instrumento poderoso de organização popular, no sentido de ser utilizada para difundir informações úteis ao cidadão, auxiliar na articulação de ações, no encontro de pessoas em torno de valores e projetos em comum¹⁸.

O trabalho na rádio foi realizado nos anos de 2005 e 2006, quando o grupo da Cidadania FM sofreu criminalização, tal qual acontece em todo o Brasil em razão da política anti-democrática do Estado de regularização da atividade de radiodifusão. Como reação a criminalização das Rádios Comunitárias de toda a região Metropolitana de Belém foi formado o Fórum de Rádios Comunitárias. Nesse passo o NAJUP Isa Cunha passa a congregar como pauta não só a Democratização da Comunicação, como também a criminalização dos Movimentos Sociais e da Pobreza.

O Fórum de Rádios Comunitárias nasceu em 2007 aglutinando grupos de várias áreas da região metropolitana de Belém. Em 2008 sofre por ação do Governo do Estado do Pará um engessamento. Seu caráter de resistência é diluído na pretensão burocrática realizada pelo governo. O esfacelamento do Fórum surtiu na reflexão sobre o papel da Assessoria Jurídica Universitária.

À época o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) fazia parte do Programa do NAJUP Isa Cunha, em parceria com a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Diretório Acadêmico de Medicina - UFPA (DAM), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O EIV consiste em uma experiência de formação de estudantes com apoio de Movimentos Sociais. Neste aspecto, foi estimulada a formação sobre a realidade brasileira, questões de gênero, desafios da realidade urbana e principalmente através do contato direto com a realidade do campo, proporcionada com a vivência, a questão agrária.

Não se tratando de uma tarefa simples, e difícil de ser explicada em poucas linhas, a construção do EIV prescinde de um debate sobre a educação popular e o método do Instituto Josué de Castro, além da tarefa de interligar as observações feitas por cada área do saber (direito, agronomia, medicina etc), consubstanciando o caráter interdisciplinar do estágio. Seu planejamento iniciou em 2008 e sua realização se deu de 14 de fevereiro a 01 de março de 2009.

18BATISTA (2007, p. 104)

As demandas da região metropolitana de Belém concentraram-se no processo de crise da saúde. Não somente os problemas históricos do Sistema Único de Saúde repercutiram no ano de 2009, mas a privatização intensa dos equipamentos de saúde, tanto estaduais quanto municipais, acompanhados de um tormentoso processo de formação dos organismos de controle social do SUS, como o conselho estadual de saúde, reverberaram de forma profunda.

Acompanhando a população que tentava se organizar pela luta em prol do SUS, o NAJUP Isa Cunha encampou a proposta de criação de um Fórum Popular de Saúde do Pará, em parceria com estudantes universitários do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA e sindicalizados no SINSAUDE municipal.

A estratégia passou a ser estudar o SUS no Pará, acompanhar a organização do Fórum Popular de Saúde e preparar-se para promover ações de educação popular com os trabalhadores, seja no tocante a promoção da saúde no Brasil de forma interdisciplinar, seja no que diz respeito a saúde do trabalhador. Este processo encontra-se latente em 2010.

Vê-se que em toda essa trajetória de trabalho do NAJUP Isa Cunha, segundo a proposta freiriana a qual ele se dispôs a concretizar, houve um compromisso com a própria comunidade acadêmica. Sua ação apesar de voltada para os conflitos sociais melhor percebidos fora da Universidade estava ligada axiomáticamente a vida estudantil universitária.

A reflexão crítica sobre o ensino jurídico, tendo em vista que tanto a doutrina do direito quanto os bancos da universidade distancia-se da realidade brasileira, foi promovida pelo Isa Cunha num esquema de questionar o sistema jurídico e o Poder judiciário a partir dos problemas enxergados na atuação para além dos muros da Universidade.

Neste sentido foram realizadas nos primeiros anos de existência do Projeto atividades de formação política, de reflexão sobre o ensino jurídico e sobre educação popular. A primeira foi trabalhada em torno da democratização dos meios de comunicação. O lançamento oficial do NAJUP Isa Cunha se deu nos dias 22 e 23 de março de 2006 na Universidade Federal do Pará, com uma programação que contava com a participação de estudantes de direito, mas também de outros cursos.

A partir dessa apresentação o grupo realizou a capacitação dos novos membros e interessados com o I Ciclo de Capacitação: “*Direitos fundamentais e humanos numa perspectiva crítica da realidade social*”, como início em abril e término em agosto de 2006, e numa segunda fase o II Ciclo de capacita-

ção: “*Construção coletiva e dialógica do conhecimento*” de 11 de setembro a 13 de dezembro de 2006. No mesmo ano o NAJUP inaugurou uma proposta permanente de formação, o chamado Encontro Local do NAJUP Isa Cunha (ELNIC), que conta com um espaço de 05 dias englobando debates sobre universidade, contexto político geral, direitos humanos, além da pauta específica trabalhada no ano.

Dando prosseguimento ao seu trabalho, em 2007, ano em que o NAJUP Isa Cunha foi reconhecido pela Universidade Federal do Pará como Projeto de Extensão e mais tarde Programa, através do edital PIBEX de financiamento da extensão universitária, foi realizado com a comunidade acadêmica o Seminário: “*Direitos Humanos na comunidade: por uma universidade além dos muros!*”, com o intuito de convocar os estudantes de Direito a uma reflexão sobre o modelo de educação universitária que de maneira geral não se encontra em compatibilidade com o princípio da tríade ensino-pesquisa-extensão. Em parceria com centros acadêmicos de Belém e projetos de extensão realizou-se o “*I Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária Popular da região norte*”, onde a história e o contexto da época sobre as AJUP's foi apresentado aos discentes do Pará e Amapá. Mantendo como prioridade o modelo de oficinas, construiu-se os seguintes espaços de formação: “*Concepção Crítica da Ciência – análise de métodos*”; “*As principais conclusões do materialismo histórico-dialético*” e “*Rádios Comunitárias e os Movimentos Populares*”. Nestas percebe-se não só a reflexão, mas uma certa proposição de mecanismos para a intervenção na sociedade.

O “*I Seminário Interdisciplinar de Direitos Humanos*” foi a primeira atividade aberta do Núcleo Isa Cunha no ano de 2008. Até este momento o Programa contava com uma média de 15 pessoas em cada atividade proposta. Neste seminário, no entanto, participaram cerca de 200 estudantes. Um diagnóstico elaborado na época indicava o maior interesse dos alunos por obtenção de horas de atividades complementares, o que trabalharemos mais adiante.

Como membro da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU) o NAJUP Isa Cunha juntamente como o NAJUPAK foi sede do “*III ENNAJUP – Encontro Norte-Nordeste de Assessoria Jurídica Popular*” em setembro de 2008, fazendo incluir no método dos Encontros da RENAJU, a distribuição de tarefas por equipe tornando-o totalmente autogestionado, seja na limpeza ou organização dos debates e relatórios. No final de 2008 o NAJUP contribui com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará na realização do “*Seminário de Enfrentamento ao Trabalho Escravo*”, em novembro, na UFPA

reforçando ao mesmo passo a Campanha pela aprovação da PEC 438. Não só a campanha por si só era meta mínima do Programa NAJUP Isa Cunha, como também a inserção de Movimentos Sociais e organizações no ambiente acadêmico faziam refletir nas salas de aula a preocupação por problemas sociais alarmantes no espaço amazônico.

E em 2009 o NAJUP Isa Cunha além de realizar o EIV, construiu o Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito à Saúde com um total de 08 encontros, além de uma mostra de filme e do Seminário “*Direito à Saúde: uma reflexão sobre o SUS*”. Esses momentos concretizaram o intuito de estabelecer como pauta do Programa o Direito Fundamental à Saúde.

A proposta não incluía somente a maior participação dos alunos, como demonstrava o interesse de se continuar propagando dentro da Universidade os desafios sentidos fora da universidade para a concretização dos princípios do Estado Democrático de Direito.

Principiando o ano de 2010 o NAJUP Isa Cunha construiu o “*Seminário de Capacitação e Integração ao Núcleo Isa Cunha*”, com as temáticas “Ensino Jurídico” e “Direitos Humanos”, realizados, cada um, no formato de oficina. Concluindo o Seminário, estudantes conheceram um Assentamento de Reforma Agrária próximo à região metropolitana de Belém, num momento também de aprendizado sobre a Advocacia Popular.

Ainda no primeiro semestre foi realizado o “*Curso de Formação do NAJUP Isa Cunha*”, também na Universidade Federal do Pará, chamando os estudantes para debater os seguintes temas: “Educação Popular”; “Como funciona a sociedade”; “Direitos Humanos”; “Direito Fundamental à Saúde”; “Princípios da AJUP”, nos meses de maio e junho.

A realidade do curso do Direito da Universidade Federal do Pará, campus Belém, conta apenas com 02 projetos de extensão. O caráter deles é eminentemente pioneiro não só na capital, mas em todo o Estado do Pará. Esse enfraquecimento da extensão nos cursos jurídicos, como já visto, é reflexo de uma série de fatores incidentes na própria configuração atual do Direito, como ciência, e reforçado pelo modelo de universidade.

Todas essas atividades listadas, de caráter acadêmico, no sentido em que eram voltadas para o ambiente universitário, não contaram com um número significativo de participantes, geralmente eram entre 15 e 20. Com uma divulgação que facilitava a integração de todos, pois variada nos horários era reforçada pela propaganda das atividades complementares que preenchem o percurso curricular da graduação.

As experiências demonstram uma crise permanente. Fatalmente o caráter interdisciplinar da práxis ajupana é pouco “atraente”, pois nem todos tem o objetivo de trabalhar com educação popular. No entanto, a situação mais gravosa é o fato da pouca importância dada a discussão dos Direitos Humanos.

Apesar de a Universidade possuir um dos mais conceituados cursos de pós-graduação em Direitos Humanos¹⁹, o reflexo desses debates não são tão assumidos na totalidade do curso. Ressalte-se a pertinência do caráter contra-hegemônico, ou marginal, que o tema dos DH's ainda recebe²⁰.

Caminhando paralelamente pela linguagem cinematográfica, o NAJUP desenvolve desde 2007 o projeto “Cineclube Isa Cunha – arte e(m) debate”. Nele busca-se uma nova forma de promover a crítica social, de fomentar a democratização da informação e do conhecimento, de promover a construção coletiva, o debate, a dialética e a dialógica, considerando ser estratégico o surgimento de algo que trabalhe com a sensibilidade artística porque vivemos numa fase de progressivo embrutecimento das relações que estabelecemos e de nós mesmos, em função de que, paulatinamente, estamos restringindo nossas fontes de saber aos livros e aos aparatos da educação formal, deixando de lado o “deleite espiritual” que a arte pode nos trazer. As relações humanas, muitas vezes, estão restringindo-se a reuniões formais que não permitem mais a visualização de uns aos outros.

O cineclube é uma proposta inserida na universidade, ou seja, é admitida dentro do lócus acadêmico. Durante os 03 anos de projeto foram trabalhadas várias temáticas em diferentes abordagens. Filmes como “Dogville”, “Terras do Bem-virã”, “Justiça”, “The Corporation” foram exibidos e seus conteúdos debatidos com estudantes universitários, alcançando olhares omitidos nas exposições tradicionais das salas de aula.

5. Conclusão

Todas as atividades desenvolvidas pelo NAJUP Isa Cunha ao longo de sua existência refletem a posição assumida por grande parte dos grupos de AJUP de enfrentamento dos pontos de tensão com o Estado e setores da sociedade civil, seja dentro da Universidade, seja fora dela, visando os interesses de parcelas historicamente excluídas, tendo em vista que suas atividades não podem existir de maneira isolada, mas devem estar ligadas à uma relação de confronto na busca por uma transformação social. É necessário, portanto,

19BELTRÃO (2008; p. 259)

20EFREM FILHO (2010)

questionar a realidade do ensino, da pesquisa e extensão tradicionais das universidades articulando de maneira conjunta a coletividade.

O relato apresentado nos permite, ainda que de forma vaga, entender o papel que tais grupos desempenham não só nas universidades, como na Sociedade, assim como construir uma idéia geral sobre o que vem a ser uma Universidade Popular, que se contrapõe frontalmente ao atual modelo de Universidade, e sobre qual o seu objetivo final, o qual seria

“despir” a ciência do capital de sua suposta neutralidade, provocar os trabalhadores e filhos da classe trabalhadora a produzir e sistematizar conhecimentos oriundos das suas próprias práticas. Trata-se da reapropriação do saber pelos trabalhadores, de desnudá-lo e resgatar seu caráter social e coletivo. Não mais o saber formal ingressado pela instituição escolar: a própria escola precisa ser transformada. Uma educação “integral e igualitária” como condição de auto-emancipação dos trabalhadores e, portanto de toda a sociedade”²¹

Dessa forma, o objetivo das AJUP's, enquanto grupos de estudantes que criam espaços contra-hegemônicos dentro da universidade tradicional passa a ser a produção de conhecimento para a classe trabalhadora e, pelos filhos da classe trabalhadora, de modo que esse conhecimento possa ser utilizado como instrumento de transformação social e garantia de direitos, buscando produzir um saber crítico, para que os trabalhadores se identifiquem com as lutas de seus pares e que se supere problemas históricos de fragmentação dos movimentos e de suas lutas possibilitando uma efetiva transformação social.

6. Referências bibliográficas

ADUFPA. Reforma Universitária: desmonte da educação pública. **Cartilha da Frente de Luta contra a Reforma**. Disponível em: <Universitária.www.adufpa.org.br/arquivos/.../cartilhas/Cartilha_Reforma_Universitaria.pdf.> Acesso em: 28 maio 2010.

BATISTA, Leslie C. de Souza. **As Rádios Comunitárias e o Direito Humano à Comunicação**. 2007. 104 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto de Ciências Jurídicas). UFPA. 2007.

BELTRÃO, Jane Felipe. Direitos Humanos como prática acadêmica na UFPA. In: **Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época**

21 DCE-UFPR (2008, p. 05)

de insegurança. Org: Eduardo C. Bittar; Giuseppe Tosi – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

DCE-UFPR. **Ensaio sobre a Universidade Popular.** Disponível em: <<http://dceufpr.files.wordpress.com/2008/02/ensaio-universidade-popular-dce-ufpr.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2010.

DIEHL, Diego Augusto. Universidade Popular. In: **Captura Crítica: direito política e atualidade.** vol. 2, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2009.

EFREM FILHO, R. C. **Os Direitos Humanos sob conflito.** Disponível em:< http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4514>. Acesso em 02 de maio de 2010.

FARIA, José Eduardo; CAPILONGO, Celso Fernandes. **A Sociologia Jurídica no Brasil.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** . Edição Atualizada: Brasil, 2001. Disponível <http://proex.epm.br/projetossociais/re nex/plano_nacional.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2010.

NORDARI, Eunice Sueli; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Direitos Humanos: o papel da Extensão na indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa. In: **Democracia e Educação em Direitos Humanos em uma época de insegurança.** Org: Eduardo C. Bittar; Giuseppe Tosi - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

PEREIRA, Sumaya Saady Mohry; OLIVEIRA, Assis da Costa. Rede Nacional das Assessorias Jurídicas universitárias: história, teoria e desafios. In: UFG. **Revista da Faculdade de Direito da UFG.** Goiania: KELPS, V.33, N.1, jan./jun. 2009, pp.152-166.

RIBAS, Luiz Otávio. **Assessorias Jurídica Popular Universitária e Direitos Humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1988-2008).** 2008. 129 f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos) - Curso de Especialização em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SOARES JUNIOR, Antonio Coêlho. **Ensino jurídico: uma educação bancária?!** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 63, 01/04/2009 [Internet]. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6051>. Acesso em 28 de maio de 2010.